



# Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

## Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que terminou em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de abril de 2023.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais			
	2022	2021	
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	77.554	34.217	
Contas a receber (Nota 9)	513.474	599.470	
Estoques (Nota 10)	790.503	696.763	
Tributos a recuperar (Nota 11)	42.481	51.518	
Financiamentos para colaboradores	10.921	11.490	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	-	995	
Outros ativos	54.934	38.418	
<b>Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 4)</b>	<b>1.489.867</b>	<b>1.432.871</b>	
<b>Ativos não circulante</b>	<b>1.489.867</b>	<b>1.432.871</b>	
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	-	-	
Créditos com sociedades ligadas (Nota 28 (e))	40.409	131.709	
Tributos a recuperar (Nota 11)	16.849	79.063	
Financiamentos para Colaboradores	18.128	16.885	
Depósitos judiciais (Nota 27 (a))	55.245	53.498	
Tributos diferidos (Nota 17)	228.594	313.474	
Superávit previdenciário (Nota 18 (a))	7.800	8.808	
Outros ativos	9.365	4.448	
<b>Ativos de direito de uso (Nota 12)</b>	<b>376.390</b>	<b>607.885</b>	
Imobilizado (Nota 13)	706	1.012	
Intangível	110.842	111.272	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>497.940</b>	<b>720.199</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.977.807</b>	<b>2.176.170</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado			
	2022	2021	
<b>Receita líquida de vendas (Nota 20)</b>	<b>4.046.854</b>	<b>3.442.977</b>	
Custo dos produtos vendidos (Nota 21)	(2.342.420)	(2.242.412)	
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.704.434</b>	<b>1.200.565</b>	
Despesas	(504.416)	(503.598)	
Com vendas (Nota 22)	(374.274)	(397.853)	
Genas e administrativas (Nota 23)	(1.363)	242	
(Perda) ganho do valor recuperável do contas a receber (Nota 9)	(3.183)	19.821	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 24)	(18.219)	(18.219)	
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>821.198</b>	<b>319.197</b>	
Receitas financeiras	31.187	14.595	
Despesas financeiras	(78.931)	(75.268)	
<b>Resultado financeiro (Nota 25)</b>	<b>(47.804)</b>	<b>(60.673)</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>773.394</b>	<b>258.524</b>	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 26)	(135.863)	(6.899)	
Diferido	(82.040)	(15.877)	
(217.903)	(22.776)	-	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>555.491</b>	<b>235.748</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado			
	2022	2021	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>555.491</b>	<b>235.748</b>	
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>			
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 18 (a))	(99)	(756)	
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 18 (b))	8.453	(16.917)	
Imposto de renda e contribuição social	(2.840)	6.009	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>561.005</b>	<b>224.084</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## A Diretoria

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	2022	2021	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>773.394</b>	<b>258.524</b>	
Ajustes	-	-	
Ajuste plano de aposentadoria (Nota 18 (a))	-	909	(528)
Ajuste plano médico (Nota 18 (b))	-	21.072	(760)
Ajuste gratificação por tempo de casa (Nota 19 (c))	-	6.038	-
Depreciação (Nota 12 e 13)	-	15.243	16.073
Amortização	-	28	28
Perda com ativo imobilizado baixado (Nota 13)	-	1.773	167
Constituição (reversão) de provisão para perda estimada do contas a receber (Nota 9)	-	1.212	(429)
Constituição (reversão) de provisão para perda de estoques (Nota 10)	-	20.558	(65.364)
Constituição (reversão) de provisão para processos judiciais (Nota 27 (b))	-	(6.893)	29.309
Outros ajustes	-	(6.577)	10.352
Juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	(3.604)	(970)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos (Nota 14)	-	40.976	48.713
Lucro ajustado	-	864.129	295.515
Variações nos ativos e passivos	-	-	-
Contas a receber (Nota 9)	-	85.349	7.053
Estoques (Nota 10)	-	(114.298)	127.865
Tributos a recuperar (Nota 11)	-	84.746	17.245
Operações com derivativos (Nota 8)	-	2.106	(30.429)
Outros ativos	-	(819)	14.712
Fornecedores (Nota 15)	-	(544)	37.425
Salários e encargos sociais	-	(18.020)	(4.336)
Tributos a pagar	-	(10.513)	6.554
Plano de pensão e médico (Nota 18 (b))	-	(9.113)	(4.901)
Partes relacionadas (Nota 28 (d))	-	6.793	(275.443)
Outros passivos	-	2.237	(7.757)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>892.053</b>	<b>163.303</b>	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(142.358)	(9.868)
Pagamento de juros sobre empréstimos (Nota 14)	-	43.337	5.303
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>695.341</b>	<b>147.688</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	(125.873)	-
Recebimento de juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	3.479	-
Recebimento de principal de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	217.132	-
Aquisições à vista de bens do ativo imobilizado (Nota 13)	-	(15.173)	(15.755)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(127.413)</b>	<b>(79.565)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos (Nota 14)	-	(350.000)	-
Pagamento de passivos de arrendamento (Nota 12)	-	(317)	(600)
Pagamento de dividendos (Nota 19 (d))	-	(381.522)	-
Remessa de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	-	(205.737)
Recebimento de juros sobre mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	-	684
Recebimento de principal de mútuo com partes relacionadas (Nota 28 (e))	-	-	79.023
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(731.569)</b>	<b>(126.530)</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)</b>	<b>34.217</b>	<b>29.512</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)</b>	<b>77.554</b>	<b>34.217</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Reserva de lucros				
	Capital social integralizado	Reserva legal	Reserva de retenção	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>507.106</b>	<b>29.512</b>	-	-	<b>(222.221)</b>
Aboração do prejuízo pela reserva de lucros	-	(29.512)	-	-	235.748
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(498)
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 18 (a))	-	-	-	(498)	(11.165)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 18 (b))	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	11.787	-	-	-
Dividendo obrigatório (Nota 19 (f))	-	-	-	-	(313)
Retenção de lucro no ano	-	-	30.939	-	(30.939)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>507.106</b>	<b>11.787</b>	<b>30.939</b>	-	<b>(468.268)</b>
Aboração do prejuízo pela reserva de lucros	-	(11.111)	-	-	555.491
Remensurações atuariais com benefícios de aposentadoria (Nota 18 (a))	-	-	-	(66)	(66)
Remensurações atuariais com benefícios de plano médico (Nota 18 (b))	-	-	-	6.166	6.166
Reserva legal	-	27.775	-	-	(27.775)
Dividendo obrigatório (Nota 19 (f))	-	-	-	-	(5.388)
Antecipação pagamento de dividendos (Nota 19 (f))	-	-	(350.000)	-	(350.000)
Destinação de reserva de retenção para dividendos a pagar conforme ata de reunião da diretoria em 30 de abril de 2022.	-	-	(30.939)	-	(30.939)
Retenção de lucro no ano	-	-	533.439	-	(533.439)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>507.106</b>	<b>28.451</b>	<b>183.439</b>	-	<b>(643.532)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia tinha ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir (em milhares):

	2022	2021
<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Moeda estrangeira</b>
Ativo		
Contas a receber - US\$	2.779	14.502
Passivo		
Fornecedores em US\$	15.592	81.465
Fornecedores em CAD	-	3
Fornecedores em CHF	-	17
Fornecedores em US\$ (Nota 14)	40.000	208.708
Empréstimos em US\$ (Nota 14)	55.292	290.173
Empréstimos em US\$ (Nota 14)	52.813	275.671

**Exposição líquida** às seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	2022	2021
<b>Real</b>	<b>5,30</b>	<b>5,56</b>
BRL x 1 USD	5,30	5,56
BRL x 1 CHF	6,12	6,12
BRL x 1 CAD	6,87	6,87

**2.1. Contexto operacional:** A Novartis Biociências S.A. (a "Companhia" ou "Novartis") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. Sua controladora em última instância é a Novartis Pharma AG. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, a fabricação e comercialização de medicamentos allopáticos para uso humano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 27 de abril de 2023.

**1.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 31. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), ativos dos planos de pensão, tem custo justo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de estimativa e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e julgamentos são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2.1.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022.

**Alteração ao CPC27 "Ativo Imobilizado":** a alteração que proíbe uma entidade de deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

**Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

**Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente emitida em 2018. Aprimoramentos avançados - ciclo 2018-2020: • CPC48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no termo de 10% para a baixa de passivos financeiros. • CPC60 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 no fim de excluir o exemplo de pagamento do arrendador relacionados a melhorias in a área de arrendamento. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos relevantes na Companhia.

**2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**2.1. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes podem ser diferentes dos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**a. Imposto de renda, contribuição social corrente e diferido:** A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos e calcula imposto diferido sobre os mesmos. Quando o resultado é impactado pela utilização dessas provisões estimadas, essas diferenças afetaram os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

**b. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas provisões fiscais adotadas na aplicação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente acatadas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. Caso tais tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas referidas autoridades fiscais, o IRPJ/CSLL corrente a pagar aumentaria em R\$ 217.639 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 204.204 em 31 de dezembro de 2021). Um resumo sobre esses processos em discussão, anteriormente divulgados como contingências com risco de perda possível, e seu efeitos potenciais, está apresentado na Nota 26. **c. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Os derivativos contratados pela Companhia são NDF "Non deliverable Forward".

**d. Benefícios de planos de pensão e plano médico:** O valor atual dos planos de pensão e plano médico depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (fiscal) líquido para os planos de pensão e plano médico, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas de valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras salidas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de longo prazo, de baixo risco de crédito, na data-base da avaliação atuarial. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão e plano médico se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18. **e. Provisão programa de descontos:** A Companhia possui um programa de fidelidade que tem como objetivo proporcionar benefícios aos pacientes e ajudá-los a ter melhor acesso aos tratamentos. O programa consiste na emissão de um número de registro aos pacientes que lhes dá direito a descontos em farmácias para produtos selecionados da Novartis. Considerando que as vendas dos produtos inseridos nessa programa são realizadas inicialmente sem seus respectivos descontos, uma provisão é realizada. A estimativa para o cálculo da provisão de programa de desconto é baseada em dados históricos, através de percentual estado de desconto a ser aplicado aos usuários de determinadas linhas de medicamentos, reduzindo a receita de vendas no momento em que as mesmas ocorrem.

**1. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Na data de encerramento de cada período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos não sofriram redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente ou valor de venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, quando necessário. Em 2022, foi realizada a revisão dos saldos dos ativos imobilizados e não foi mapeado indicativo de impairment.

**3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, especialmente de câmbio. A gestão de risco é realizada pelo departamento de operações financeiras da Companhia, segundo as políticas globais aprovadas pela diretoria. O departamento financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **a. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais futuros ou aumentam valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compra, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em complemento a este hedge natural, a Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

taxas de juros pré-fixadas e, portanto, não há uma exposição a oscilações de taxas de juros de mercado, como é o caso do CDI, comumente utilizado nesse tipo de transação. **b. Risco de crédito:** A Companhia administra o risco de crédito de forma corporativa. Todos os clientes são submetidos a criteriosas e regulares análises de crédito. A mitigação do risco de crédito é abordada por diferentes tipos de ações, tais como análises de balanço, informações extraídas de agências de risco, bancos e associações de classes, acompanhamento do histórico de pagamentos. A Companhia conta ainda com o amparo da área Comercial, responsável por ressaltar o envolvimento de clientes-chave em projetos comerciais e de marketing, antecipando eventuais demandas por maior concessão de crédito. A concessão de crédito é feita por um comitê composto por profissionais de crédito, gerentes financeiros, além do diretor financeiro. As decisões são tomadas conforme valores envolvidos. Eventuais exposições acima dos limites de créditos também são analisadas pelo mesmo comitê. Eventuais exposições acima dos limites de crédito também são analisadas pelo mesmo comitê. Para bancos e outras instituições financeiras, são utilizados como parâmetro agências de classificação de risco de crédito. As principais agências de riscos são Standard & Poor's (S&P), Fitch e Moody's. Os limites de crédito ultrapasados foram irrelevantes durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **c. Risco de liquidez:** O risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descascamento de prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área Financeira.

	Valor contábil	Valor incluído juros	2023	2024
<b>31/12/2022</b>				
Passivos				
Fornecedores (Nota 15)	168.604	168.604	168.604	-
Partes relacionadas (Nota 15)	80.936	80.936	80.936	-
Empréstimos (Nota 14)	581.691	591.065	591.065	-
Passivos de arrendamento (Nota 12)	875	1.027	548	479
<b>Total</b>	<b>832.106</b>	<b>841.632</b>	<b>841.153</b>	<b>479</b>

**3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Concidente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A Companhia não possui contratos com cláusulas de covenants em 31 de dezembro de 2022. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 202





# Novartis Biociências S.A.

CNPJ nº 56.994.502/0001-30

...continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação a parcela de contribuição definida dos planos, a Companhia faz contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **b. Obrigação com plano médico:** A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. **c. Participação nos lucros e bônus:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira con-

fiável pela Companhia. **31.15. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Reserva de retenção:** A reserva de retenção foi constituída sobre o lucro líquido ajustado após a dedução dos dividendos antecipados. Em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 183.439 e em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 30.939. **31.16. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos (inclusive as estimativas de descontos que virão a ser concedidos, com base nos critérios estabelecidos nos programas de descontos). A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a. Venda de produtos:** A distribuição é feita de maneira diversificada através de diferentes canais que variam de acordo com o perfil de cada produto: instituições públicas, distribuidores, redes de farmácia, clínicas especializadas e *deliveries*. As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista, o atacadista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposi-

ções de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido no contrato, líquido dos descontos de volume estimados. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Os prazos de pagamento variam conforme perfil de cliente e linha de produtos e/ou Unidade de Negócios e não possuem caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado. **31.17. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Alteração ao CPC 26 "Apresentação das demonstrações contábeis":** emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do CPC26 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao CPC26 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às

divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas retrospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC32 - Tributos sobre o lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao CPC50 - Contratos de seguros:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) disponibilizou para audiência pública em junho de 2019 a Minuta do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro (correspondente ao IFRS 17 - Insurance Contracts), onde várias sugestões e comentários foram enviados. O objetivo é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Não há outras normas CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Renato Henrique Garcia Carvalho - Gerente geral - CEO

Luigi Tomba - Diretor financeiro - CFO

Luciano Corradini - Brasil FRA Head

Marcia Adriana Carvalho Eira - Contadora - CRC 1SP 256.614/O-3

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

### Aos Administradores e Acionistas da Novartis Biociências S.A. - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Novartis Biociências S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novartis Biociências S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28 de abril de 2022, sem modificação.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de abril de 2023

**KPMG** Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Fabio Lopes do Carmo  
Contador CRC 1SP192172/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>